

A PESQUISA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO

Milken Jacqueline Cenerini ¹

CENERINI, M. J. A Pesquisa como Instrumento de Ensino. *Rev. de Ciên. Jur. e Soc. da Unipar*, v.8, n.1, p.131-149, jan./jun., 2005.

RESUMO: Este estudo teve por objetivo esclarecer e constatar alguns pontos relevantes no processo de ensino- aprendizagem. Seu enfoque foi na Pesquisa como instrumento de Ensino. A metodologia utilizada foi o materialismo-histórico, que pode ser constatado a partir da revisão bibliográfica utilizada como referencial teórico. O objetivo foi de conscientizar que ensinar não deve ser somente transmitir o conhecimento, mas sim abrir os caminhos para criação de novas possibilidades perante as situações, ou seja, é necessário saber ensinar de maneira crítica e reflexiva. A pesquisa é uma poderosa arma que deve ser posta a disposição tanto dos professores quanto dos alunos, e estes devem ser guiados ao saber por aqueles através da pesquisa científica ética e profissional. Assim, constatou-se que a Pesquisa é a chave para a emancipação do saber. Ela nasce com a adoção da postura de pesquisador por parte do professor, único sujeito capaz de influenciar de maneira positiva a criticidade dos educandos e a motivá-los ao questionamento com a intenção de formar indivíduos aptos a construir uma sociedade mais justa. As ciências cognitivas constituem uma primeira etapa de agregação à espera da “grande virada” educacional e conseqüentemente, social e, o Curso de Direito é um dos grandes responsáveis por esta transformação. Com um novo espírito científico, pode se pensar em uma verdadeira reforma do pensamento, e é nessa mentalidade, que se deve investir no propósito de favorecer a inteligência geral, a aptidão de problematizar, de pesquisar a realização da ligação dos conhecimentos teóricos à prática e a esse novo conhecimento científico, será preciso acrescentar a renovação do espírito da cultura das humanidades, favorecendo a aptidão para a abertura a todos os grandes problemas, de modo a meditar sobre o saber para integrá-lo à própria vida de modo a melhor explicá-la. O Curso de Direito, dinâmico que é, deve encontrar uma maneira de trabalhar a pesquisa com a finalidade de suscitar no indivíduo o pensamento crítico e reflexivo sobre os diversos ramos ou matérias do currículo

PALAVRAS-CHAVE: ensinar; aprender; teorias de ensino; pesquisa.

¹Advogada no Paraná e Mestranda em Direito Processual e Cidadania com área de concentração em Direito Processual Pena pela Unipar - Universidade Paranaense.

1. Introdução

Na elaboração deste artigo foi essencial transitar, primeiramente, pelo início de todo processo do ensino-aprendizagem, ou seja, a compreensão do que é o ensinar e do que é o aprender foram essenciais para atingir o ápice do trabalho, que é exatamente o enfoque da Pesquisa como Instrumento de Ensino.

Em seguida, conseqüência normal, foi a de analisar o papel do professor como agente motivador de atitudes iniciais para a pesquisa e a ética que envolve a questão dos trabalhos científicos desenvolvidos durante a graduação e nos cursos de pós-graduação.

Um dos desafios da modernidade é ensinar as disciplinas do Curso de Direito, tais como: o Direito Civil, o Processo Civil, o Direito Penal, o Processo Penal, assim como o Direito Constitucional, Tributário, Administrativo e outros de maneira conjugada, pois é cada vez mais claro que os saberes separados, fragmentados e compartimentados trazem problemas profundos e complexos de falta de entendimento e autonomia para transitar entre os vários ramos da ciência em questão.

Assim, poderá ser trazida a prática para a sala de aula, através da análise de processos, acórdãos, artigos de Revistas Jurídicas e demais procedimentos seguidos no dia-a-dia dos profissionais atuantes. (esta frase está demonstrando uma conclusão antecipada. O leitor deve ser provocado à curiosidade pela **introdução**. Logo, se vc já aponta os caminhos, pode afastar a curiosidade reflexiva futura. As opções devem ser ditas em momento oportuno e não na introdução, ok?)

Se assim for, esta atitude romperá com o velho dogma reducionista de explicação pelo elementar: elas tratam de sistemas complexos, onde as partes e o todo produzem e se organizam entre si, e, no caso a complexidade, ultrapassará qualquer sistema. O professor comunicador, como profissional responsável pelas aulas propostas na educação escolar de cidadãos, tem, portanto, direito a condições que lhe permitam estudar, pesquisar, entender e melhorar seus conhecimentos.

(a frase dita anteriormente também é conclusiva. Ela está mais para o resumo do que para a introdução... pense nisso). Porém esta é uma área muito densa e ainda carente em pesquisas conclusivas no sentido de saber trilhar quais os caminhos a serem seguidos pelos professores que se propuserem a formar alunos também pesquisadores, por isso a finalidade de escrever este artigo, para levantar questionamentos e se possível, chegar a uma conclusão do porquê da carência de projetos de iniciação científica nas Universidades e, principalmente, no Curso de Direito.

Desta forma, seguir-se-á raciocinando, passo a passo, quais os caminhos

porque transitam o método de ensino-aprendizagem da atualidade, sem deixar de lado as referências históricas pelo qual a educação passou para chegar ao que é hoje em dia.

As perspectivas para o Curso jurídico também serão, de modo geral, analisadas e se possível apontaremos qual melhor caminho a ser seguido. O ponto alto de todo trabalho será a visão da pesquisa como um instrumento de ensino e a atitude do professor-pesquisador perante os desafios da educação atual.

2. O ensinar

Talvez a maior pergunta a ser feita neste momento seja, como ensinar? Pois o processo de ensino envolve uma série de fatores que devem estar concatenados a obter um objetivo comum, o aprendizado.

O processo de ensino não é tão simples a ponto de permitir que um professor vá para a sala de aula comprometido unicamente em “transmitir” conhecimento, este tipo de ensino já não basta. É necessário direcionar o ensino visando descobrir formas de torná-lo mais eficiente.

Pode-se dividir em três etapas o processo de ensino, vejamos:

a) Em um primeiro momento, o processo de ensino deveria começar a partir da constatação do estado atual do aluno quanto ao seu conhecimento em pauta.

b) Em seguida, traçados os objetivos, o professor deveria utilizar-se de técnicas para despertar o interesse nos alunos, levando-os a ter contato com o dia-a-dia daquilo que se está ensinando.

c) Em um terceiro momento o que vai pesar no processo de ensino é o relacionamento professor X aluno.

A relação pessoal do professor com o aluno poderá levar a um processo de ensino mais proveitoso e responsável, na medida em que, dependendo das atitudes do professor, o aluno se sentirá mais seguro a desenvolver suas habilidades ou demonstrar suas falhas.

Um professor motivado a ensinar tem mais chances de atingir o objetivo do ensino – a aprendizagem – do que aquele que não faz uso desta técnica. Para Bordenave e Pereira (1078):

Mais importante o professor acompanhar a aprendizagem do aluno do que se concentrar demasiadamente no assunto a ser ensinado ou mesmo nas técnicas didáticas como tais. O ensino é visto como resultante de uma relação pessoal do professor com o aluno.(BORDENAVE, 1978)

Os autores esclarecem ainda que:

O segredo do bom ensino é o entusiasmo pessoal do professor, que vem do seu amor à ciência e aos alunos. Este entusiasmo pode e deve ser canalizado mediante planejamento e metodologia adequada visando, sobretudo a incentivar o entusiasmo dos alunos para realizarem por iniciativa própria os esforços intelectuais e morais que a aprendizagem exige. (BORDENAVE, 1978)

Neste ponto, reside, senão o maior, mas um dos maiores problemas do ensino: o esforço próprio em aprender.

Este esforço, irá variar de acordo com o interesse de cada aluno e poderá ser desencadeado a partir do incentivo oferecido pelos professores e pela instituição, desde que tenham por finalidade dotar a pessoa de capacidade de pensar crítica e criativamente, e, ainda, de manter-se em estado ininterrupto de atualização.

As instituições que não objetivarem o pensamento crítico como uma das metas do processo de ensino, não serão capazes de contribuir para o progresso da sociedade, na medida que é a partir da crítica que se pode melhorar o ambiente em que se vive, desalienando os alunos/cidadãos, motivando-os a removerem as causas nocivas da ruína da sociedade.

Esta deve ser a atitude educacional do professor que se compromete com o ensino de qualidade: Educar.

Educar em sentido amplo, incutindo dignidade nos alunos em formação, orientando-os para a autonomia do pensar e por conseqüência para a emancipação do saber.

3. O aprender

Acredita-se que o professor é um facilitador da aprendizagem. E a aprendizagem é um processo integrado no qual toda a pessoa, intelecto e atividade, se mobilizam de maneira orgânica com o objetivo de conhecer o novo ou o desconhecido.

A pessoa em processo de aprendizagem possui sua motivação interna capaz de levá-la a atingir seus objetivos.

Entretanto, fazem-se necessários outros fatores motivacionais para melhor consecução do fim. Estes fatores são os extrínsecos, advindos dos professores e dos recursos postos à sua disposição neste processo.

Porém, inúmeras vezes, todo processo de aprendizagem é seguido mas, ao final, não logra seus objetivos, neste ponto então, deve ser perguntado qual foi o erro, porque, com certeza, o processo de aprendizagem foi falho em alguma etapa.

Pode ser porque o aluno não estava intrinsecamente motivado a aprender, ou ainda, porque não foi motivado o suficiente pelos educadores ou, também, por não ter tido recursos para aprofundar o processo de aprendizagem.

Várias teorias contribuíram para tentar explicar o processo de aprendizagem, entre elas destaca-se a teoria de Piaget, biólogo e filósofo suíço.

Piaget entende que a motivação é fator essencial no processo de aprendizagem, tanto por parte do professor como por parte do aluno. Ele confia na indicação do “problema”, e da “situação-problema”. (apud BORDENAVE, 1978)

Sua teoria leva dar mais ênfase ao desenvolvimento da inteligência, e o pensamento individual é a base desta. Piaget afirma que a aprendizagem se processa através de dois movimentos simultâneos e integrados: a assimilação e a acomodação.

Pela assimilação o indivíduo explora o ambiente tomando parte dele e incorporando-o.

Pela acomodação o indivíduo transforma sua própria estrutura para adequar-se à natureza dos objetos que serão apreendidos.

Por esta teoria, as dinâmicas em grupo são excelentes para o processo de aprendizagem, pois estimulam o ser humano em situações de cooperação fazendo com que ele se afaste do seu egocentrismo.

Pode-se afirmar em resumo que, das teorias analisadas sobre a aprendizagem destacam-se aquelas que acentuam a necessidade de o ensino ser mais individual, atento principalmente às diferenças de cada educando, no sentido de contribuir para o seu crescimento particularizado, porém sem deixar de lado a visão do conjunto.

O aprender é bem diferente do ensinar, já que o aprender se processa no aluno, e ele é o agente essencial deste mecanismo.

Um dos maiores desafios da educação é justamente “aprender a aprender”, e este é um processo que envolve professor, aluno, instituição, recursos, meios tecnológicos e estímulos, voltados ao fim maior de construir seres pensantes e críticos, aptos a criar e não apenas a reproduzir o já existente.

Concluimos com isto que o aprendizado é algo que se constrói aos poucos, principalmente pela estimulação e pelo desafio a pensar.

4. Perspectivas educacionais

4.1 Visão clássica ou tradicional

No decorrer do século XVIII a escola teve seu maior momento revolucionário, pois o lema da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade influenciaram muito na construção de uma classe revolucionária.

A burguesia lutou pela educação do povo para que com isso pudesse se garantir no poder e enfraquecer o mando da Igreja e da Ordem Feudal absolutista.

Nos reportando a Frigotto (*apud* GERALDI, 2000), podemos dizer que a escola nasce:

Como uma instituição pública, gratuita e laica que tem, ao mesmo tempo, a função de desenvolver uma nova cultura, integrar novas gerações no ideário da sociedade moderna e de socializar de forma sistemática o conhecimento científico. [...]...sintetiza o ideário da Revolução Francesa, o início efetivo da modernidade e da idéia iluminista de uma sociedade igualitária, justa e fraterna. É sob a égide desta função clássica, de instituição cultural e social e de profunda aposta na ciência e na formação científica que se estrutura o mais sólido sistema educacional, particularmente europeu. (*apud* GERALDI, 2000)

Entretanto, é nesta mesma época que se reconhece também a utilização de uma saída intermediária para que mesmo através da educação não se criassem aspirações indesejáveis no povo, para que não questionassem o sistema vigente. Então o povo foi educado, mas não em demasia, ou seja, o bastante para aprender a respeitar a ordem social, mas não o suficiente para questioná-la.

Neste sentido é que foi criado o modelo de educação até então vigente.

O que ocorre nas escolas é que os alunos estão sempre sentados sob os olhares atentos do professor, que está em pé vigiando cada movimento indesejado, conduzindo e determinando a atitude dos educandos.

Com isto, formaram-se gerações inteiras de pessoas alienadas, que foram educadas a aceitar sem questionar, salvo raras e ilustres exceções.

Talvez a consequência maior dessa forma de dominação foi relacionada à classe trabalhadora e econômica, pois ao mesmo tempo em que era preciso educar, era também preciso de mão-de-obra, e assim, o trabalho enfadonho que tinha que ser realizado por alguém passou a ser realizado pelos menos esclarecidos culturalmente.

Aqui reside um grande contra-senso, pois ao mesmo tempo em que buscou a tecnologia como forma de liberdade do homem, criou-se uma massa de homens incapazes de lidar com esta tecnologia e que, por isso, foram destinados ao subemprego.

O problema maior foi tentar naturalizar esta exclusão.

A visão clássica do ensino trouxe em sua bagagem métodos de aula, de ensino e de avaliação capazes apenas de encarar o aluno como mero receptor de matérias, sem vontade e pensamentos próprios, e isto se deve ao processo de dominação já explanado no início.

Tópicos e temas convencionais tornam-se fontes de dificuldades sistemáticas. Eles produzem tédio constante. Impô-los faz aumentar o problema da disciplina e, a partir do momento em que eles efetivamente se fazem cumprir, dividem os alunos em uma minoria academicamente bem-sucedida e uma maioria academicamente desacreditada. ¹(GERALDI, 2000)

Na esfera escolar observamos muitas instituições ensurdecidas em relação às demandas sociais e às necessidades provenientes das camadas populares.

Estas instituições, com certeza, estão perdendo sua credibilidade por não formar cidadãos aptos a mudar ou pelo menos a tentar mudar o meio em que vivem.

Se se pode sugerir uma solução, uma saída para este sistema, sugere-se a adoção da pesquisa como objeto de ensino, e do professor-pesquisador como modelo aos seus alunos, tópico que será devidamente tratado mais adiante.

4.2 Visão humanista ou reflexiva

A visão humanista da educação prima pelas atitudes e dá ênfase à liberdade do aluno no sentido de ser pensante.

O professor por sua vez, é tido como um agente facilitador da aprendizagem, aquele que ensina o caminho para se chegar ao conhecimento, e não um mero expositor de matérias.

Por esta corrente é necessário fomentar nos jovens, desde o ensino fundamental, a potencialidade de inventar um mundo diferente daquele estereotipado e posto à sua disposição.

A prática da reflexão e da pesquisa são os pilares desta corrente, pois aqui não cabe a neutralidade e a imparcialidade no sentido de esterilizar o saber. “Uma sociedade que não questiona não muda de elite e sem mudança de elite não há desenvolvimento”. (DEMO, 1993) É preciso dar apoio às atitudes dos profissionais que buscam não apenas ensinar, mas também educar para a vida.

Compartilhar o que o professor sabe e permitir a reflexão crítica sobre este saber, é um dos objetivos desta corrente.

Pelo trabalho da pesquisa, é possível uma aproximação entre teoria e prática, o professor é capaz de elaborar formas de atingir o seu trabalho e o aluno o modo de reconstruí-lo ao seu modo.

O que também chama atenção nesta teoria é a necessidade de utilizar-se de outros conhecimentos pré-existentes no indivíduo para contribuir com o ensino.

Assim, as matérias curriculares deixariam de ser ensinadas de maneira estanque umas das outras e passariam a serem vistas como complementares.

Esta é a chamada interdisciplinaridade ou transdisciplinariedade, que é fundamental para a formação humanista.

Como já foi dito anteriormente, não se constrói o saber compartimentado, acumulado mecanicamente, mas sim, aprendendo a saber, pensar e transitar pelos vários ramos do conhecimento de forma lógica, dinâmica e organizada.

A grande separação entre a cultura das humanidades e a cultura científica, iniciada no século passado e agravada neste século XX desencadeia sérias conseqüências para ambas. A cultura humanística é uma cultura genérica, que, pela via da filosofia, do ensino, do romance, alimenta a inteligência geral, enfrenta as grandes interrogações humanas, estimula a reflexão sobre o saber e favorece a integração pessoal dos conhecimentos (MORIN, 2001)

Pode-se concluir que o ensino de modo humanista é a chave para uma sociedade culturalmente desenvolvida e independente de dogmas e imposições severas.

5. A pesquisa como instrumento de ensino

Ousar fazer, não esperando que façam por nós, é um estímulo que deve haver principalmente nos professores, pois são eles os responsáveis a impulsionar os educandos sempre para frente, fazendo-se acreditar num futuro melhor.

Em termos de universidade, a trilogia, ensino/pesquisa/extensão é um princípio educativo como estratégia de geração de conhecimento e de promoção da cidadania. Entretanto, na prática, estes conceitos precisam ser revistos.

Segundo Pedro Demo (1993): “um conceito adequado de pesquisa é capaz de absorver, com vantagens, os outros dois, e redirecionar a universidade para o comando da modernidade”.

Surgiu há aproximadamente 30 anos, na Inglaterra, a concepção de professores como pesquisadores, a intenção do movimento das escolas secundárias era a “mudança pedagógica direcionada a reconstruir as condições sobre os alunos médios e abaixo da média no tocante às habilidades acadêmicas que passavam a ter quando bem estimulados”. (GERALDI, 2000)

Ao longo do tempo, a compreensão do lugar que a pesquisa-ação ocupa nas instituições superiores tem sofrido mudanças principalmente em relação aos cursos de pós-graduação, neles compreendidos a especialização, mestrado e o doutorado. Essas mudanças são resultados de uma reformulação nas políticas públicas, tendentes a contribuir para o desenvolvimento científico do país.

A dimensão da pesquisa-ação como meio de produzir conhecimento sobre os problemas vividos pelo profissional, com vista a atingir uma melhora da situação da coletividade e de si mesmo é muito importante por caracterizar uma contraposição à visão do professor como simples reproduzidor e executor de conhecimentos.

Acredita-se que se os professores melhoram, o ensino e os alunos serão beneficiados, daí o caráter fundamental de professor-pesquisador, com sensibilidade e capacidade de reflexão e dedicação profissional, tendo em vista a peculiaridade de cada aluno.

Pois bem, pesquisar não é apenas dominar técnica e instrumentos pouco

acessíveis de experimentação laboratorial e exclusiva de poucos.

Para Pedro Demo (1993), “[...] pesquisa é, em primeiro lugar, diálogo crítico para com a realidade, culminando na elaboração própria e na capacidade de intervenção.”

Em tese, pesquisa é a atitude do “aprender a aprender” com qualidade e competência.

Em segundo lugar, a pesquisa evita que o ensino seja o repasse copiado do já existente, pois quem pesquisa tem o que ensinar. *A contrario sensu* quem não pesquisa nada tem a ensinar, pois apenas ensina a copiar.

Em terceiro lugar, é fundamental ensinar a pesquisar como forma de emancipação para superar o já existente sempre que possível e melhor. Busca-se o aprendiz e o mestre capaz de projeto de iniciativa própria.

Em quarto lugar, a pesquisa deve ser capaz de unir teoria e prática, acentuando-as. Por isso é que o autor afirma que “o conceito de extensão somente é necessário quando a prática se perde e já só pode entrar pela porta dos fundos, como algo extrínseco” (DEMO, 1993). O que ele quer dizer é que a pesquisa abrange este conceito, porque inerente a ela a necessidade de unir a teoria à prática.

A pesquisa não deveria supor tempo especial, salário adicional, horário diferente, mas deveria ser o cotidiano mais rotineiro possível.

O relacionamento viciado entre professor X aluno e ensino X cópia acabam por condenar a ruína muitas universidades que, sem produção científica, não contribuem para o progresso da sociedade.

O professor deve então, assumir postura de produtor e com isso motivar o aluno a ter iniciativa própria também.

A carreira jurídica, como é muito teórica, tende a permanecer apenas nas aulas expositivas e sem experimentação, o que pode causar prejuízos irreparáveis.

É necessário, então, a produtividade centrada na elaboração ativa como forma de mudança, pois os estudantes de Direito de hoje serão os juizes, promotores, procuradores e advogados de amanhã, pessoas que estarão em constante atividade profissional e por isso deverão ter criticidade suficiente para usarem as Leis buscando sempre o bem comum e o progresso.

A pesquisa deve ser uma atitude cotidiana e concreta. No aprender a aprender existe o encontro entre qualidade formal e prática com o objetivo de educar pela ciência.

Nas Universidades, este estímulo pode vir de várias formas extrínsecas como projetos culturais, sociais e políticos, mas sempre com uma especificidade intrínseca: a pesquisa.

Isto tudo porque a sociedade deposita na Universidade a esperança de

construir seres mais justos, a elite intelectual do país deve sair das Universidades, ser criada nela e formar-se apta a transformar e não a apenas copiar.

A pesquisa como método de ensino é, aliás, o melhor método de ensino, na medida em que é capaz de elevar o grau de desenvolvimento intelectual dos alunos, pois alia a teoria à prática sem deixar que se percam as bases teóricas, é o método do *learning-doing* suficiente por si só, levando às experimentações práticas, o professor conduz seus alunos a emancipação e à liberdade pensante.

Os Cursos Jurídicos podem desempenhar a missão de fermento da massa, no mundo do Direito. Sua ação pode ajudar a rediscutir o Direito e o papel social do jurista.

Porém, aqui se faz uma pausa para esclarecer que, os Cursos Jurídicos não são os lugares exclusivos para operarem o conhecimento jurídico, porque a realidade é muito mais rica, o Direito está no meio do povo, no interior dos conflitos, nas contradições da sociedade, e, sobretudo nas classes oprimidas.

Com isso quer-se dizer que a Universidade produzindo pesquisa socialmente válida é capaz de transformar a realidade e afastar as marginalizações e exclusões presentes na estrutura social.

6. A atitude do Professor-Pesquisador e a motivação acadêmica

Ao professor interessado em ser exemplo para seus alunos, no sentido de iniciação científica, é necessário construção de iniciativa própria e original - entenda-se original no sentido de como o tema estudado pode ser explorado - apta a inovar em sua área científica e fecundar o processo de inovação. Por isso é que as instituições de ensino, principalmente as Universidades, não podem ser absolutamente estáveis, mas devem submeter-se constantemente a avaliações, via produção própria, publicada e socializada.

Neste sentido é que, apesar de muitos professores terem estabilidade em suas cadeiras de ensino, principalmente nas Universidades Públicas, esta estabilidade é, ou pelo menos deveria ser, para produzir e não para decair, e à “falta desta produção, o professor deveria ser afastado, ou pelo menos congelado”. (DEMO, 2002)

Entende-se que esta sanção denominada por Pedro Demo de “congelamento”, para não ser em vão, deveria ser aplicada em conjunto com outras medidas com o objetivo de fazer com que estes profissionais que por hora não estão em atividades de pesquisa, voltem a encontrar o caminho desta.

Um meio de devolver a motivação aos próprios professores, incentivando-os a pesquisar é através de cursos de aperfeiçoamento, especializações, mestrados, doutorados e encontros como Simpósios, Congressos e outros, onde o profissional, menos atuante neste meio, possa ser cobrado de alguma forma a

produzir um artigo, por exemplo, para apresentá-lo em um Congresso da área.

Isto porque é dispensável dizer que os professores também necessitam de constante motivação profissional para desenvolverem seus projetos de pesquisa e aplicá-los socialmente, a começar pela remuneração, porém esta não deve ser a única a motivá-los, pois se faz necessário também aquela motivação intrínseca, que deve ser inerente a todos os mestres.

O corpo docente de uma Instituição de Ensino Superior tem como função assumir espaços propedêuticos, sobretudo de iniciação a pesquisa, como acompanhamento de quantidades expressivas de alunos, cursos introdutórios e metodológicos instrumentais de coordenação de processos produtivos discentes [...] (DEMO, 2002)

Neste sentido, é que se faz necessário implantar o método do “aprender a aprender”, como regra na vida acadêmica do estudante de Direito, com base na pesquisa e como princípio científico e educativo, pois se os docentes estiverem comprometidos com o processo produtivo acadêmico, as aulas, aos poucos, irão perdendo o tom formalista e autoritário, e passarão a assumir o papel de instigar a produção própria em seus alunos.

Pesquisar é, antes de tudo, rever as coisas velhas e nelas encontrar e recriar o novo.

Neste momento é necessário esclarecer que a motivação acadêmica de modo geral depende muito da motivação docente, e, em específico para a pesquisa científica. Assim, pode-se dizer que os alunos serão motivados a pesquisar e a criar, na medida em que seus professores também o sejam. Estas são grandezas diretamente proporcionais.

Um professor que nunca desenvolveu um projeto de pesquisa não tem como instruir seus alunos a desenvolverem.

Se o professor nunca foi convidado a dar uma palestra sobre um artigo próprio, com certeza nada tem a dizer sobre como iniciar um projeto científico.

E os alunos tendem a copiar os exemplos, sejam eles bons ou não. Se motivados a pesquisar, tendem a seguir este exemplo, já se motivados a apenas copiar, sem fomento à produção própria, assim tendem a ser.

A Universidade é o local adequado da vanguarda científica e, sobretudo quando bem incentivada e com os investimentos apropriados tende a propiciar uma sociedade muito mais evoluída e autônoma, e este deve ser o objetivo destas Instituições.

Portanto, aos alunos, na maioria das vezes, cabe o papel de serem receptivos aos incentivos trazidos pelos professores que contribuem com o objetivo das Universidades de criar e de fomentar a pesquisa como instrumento de ensino.

Entretanto, é ainda muito difícil encontrar a prática da pesquisa como

método de ensino nas Escolas e Universidades, a barreira encontrada parte inicialmente da atitude do professor, por isso é que os professores que se colocam à disposição de incentivar e orientar seus alunos na busca de criação própria são realmente os merecedores do título de “mestres”, pois não tem a pretensão de impor suas idéias, mas sim, de fazer suscitar questões e idéias novas em seus alunos.

O corpo docente é o responsável pela motivação do corpo acadêmico no sentido de pesquisar e gerar produção própria, de puxar os alunos até o máximo, de extrair deles todo seu potencial.

É claro que, além da motivação extrínseca advinda dos professores, a motivação intrínseca também vai pesar muito neste processo, pois a cada um cabe o papel de buscar seu próprio desenvolvimento, ou seja, cada pessoa é responsável pelo seu próprio progresso, e, a partir de um certo momento, deve saber qual seu objetivo e trabalhar para alcançá-lo com sucesso.

7. O valor social da pesquisa

A pesquisa ocupa um papel insubstituível dentro do processo de desenvolvimento de um país: o papel social de questionar e investir em conhecimento reconstruído é o passo inicial para a autonomia de uma nação.

A sociedade espera e deposita suas esperanças em dias melhores, nas Universidades, isto porque ela deve ser responsável pela mudança e pelo desenvolvimento, pois a educação é a base de um mundo igualitário, livre e fraterno.

Significa dizer que a educação é uma prática social e histórica concreta e intrinsecamente associada ao próprio processo de construção do humano e do mundo humano, podendo ela inclusive, favorecer a des(integração) do homem na sociedade em questão, segundo os interesses em jogo. Neste sentido a educação é uma prática política. (GERALDI, 2000)

Assim, o valor social da pesquisa é principalmente o de irrigar nos estudantes uma “atitude científica”, no sentido de desenvolverem as qualidades de curiosidade, objetividade, precisão, dúvida, análise crítica e outras que são atitudes de posicionamento científico de pesquisa, para inspirá-los em todo cotidiano a ser vivido, como se a pesquisa fosse um modo de vida.

E se assim for, será um meio de vida mais produtivo e instigante, fazendo com que se criem novas técnicas, teorias, e fazendo com que as pessoas saiam daquele círculo vicioso que se costuma formar com as tradicionais técnicas de ensino-aprendizagem.

Seria repetitivo dizer que, de um modo geral, a pesquisa sempre foi a responsável pelos avanços da ciência, uma vez que, não se descobre o novo ou o

inovador sem antes parar para refletir, questionar e repensar o já existente, e nisto consiste a “atitude científica”.

Tornar-se-á cada vez mais difícil, senão impossível, satisfazer-se com a transmissão copiada de conhecimento.

A questão social aí implica em um desacerto total, pois a Universidade possui um compromisso próprio e ineludível, que é a produção de conhecimento, para, através disso, tornar-se socialmente relevante.

Na medida que a sociedade se moderniza, é clara a atitude de exigir adequação das Universidades a ambientes científicos produtivos e inspirados na crítica aberta e voltados para a produção de conhecimentos direcionados à população que anseia por novidades capazes de diminuir as desigualdades existentes, seja no aspecto da saúde, política, economia e principalmente no ambiente jurídico.

Daí o papel indiscutível da relevância social da pesquisa, porém, é necessário conhecer a comunidade em que se vive para ajudá-la a progredir.

Não é suficiente ser pesquisador de laboratório, alienado aos problemas e dificuldades do povo, vivendo apenas em função da pesquisa sem relevância social. Indispensável é aproximar escola,-neste sentido compreendidas as Universidades da comunidade, para que, com isso a população, de modo geral, se beneficie das novidades científicas criadas em “laboratório”.

Uma opção apta a iniciar a solução destes variados problemas é voltarmos a ter o ensino da filosofia, pois ela contribui para o desenvolvimento do espírito problematizador, ela é, acima de tudo, uma força de interrogação e reflexão dirigida para os grandes problemas do conhecimento e da condição humana.

8. Tecnologia e ética na pesquisa científica

Atualmente há um apelo à Ética na sociedade brasileira contemporânea. Por Ética, segundo Herkenhoff (1996) deve ser entendido “todo esforço do espírito humano para formular juízos tendentes a iluminar a conduta das pessoas, sob a luz de um critério de Bem e de Justiça”.

Um grande elenco de valores éticos deve ser preservado, esses valores desdobram-se em vários ramos na ética das profissões, e se não houver uma visão clara desses valores fundamentais será difícil formular os juízos complementares que decorrem desses valores essenciais.

No campo da pesquisa científica, vive-se em meio a uma explosão tecnológica capaz de oferecer a todos o acesso à inúmeras fontes. A idéia de biblioteca como único local adequado para pesquisa em livros ficou no passado. Hoje em dia basta um computador e acesso a Internet para se ter conhecimento sobre vários assuntos tratados por diversas pessoas de modos diferentes e em

bibliotecas virtuais.

A tecnologia surgiu para o homem como meio de facilitar e oferecer maior qualidade de vida, entretanto, muitos estudantes e, até mesmo profissionais, se beneficiam do uso desses recursos com má-fé e desrespeito aos colegas.

Nos Cursos Jurídicos, a ética da pesquisa deve abranger desde a escolha dos temas a serem trabalhados até a maneira com que se vai trabalhar o assunto e a abordagem que será dada ao mesmo.

Entra nesta questão não apenas os valores éticos morais ensinados nas escolas, mas também os valores adquiridos pelo indivíduo durante o seu desenvolvimento como pessoa e ser humano que vive em sociedade.

A ética é uma forma de controle da sociedade para com os profissionais formados no dia-a-dia das Universidades. É através de uma boa reputação advinda da ética profissional que as pessoas se mantêm no mercado de trabalho.

Em se tratando de pesquisa científica, vale dizer que não é necessário o objeto de estudo ser inédito, para não ser cópia, o que deve ser levado em consideração é a abordagem diferenciada dada ao assunto, e, principalmente, a fidelidade às fontes citadas, não trazendo cópias literais de textos de autores como sendo próprias, e, buscando também, acima de tudo, recriar com suas próprias indagações e questionamentos teses diferentes e inovadores.

No campo do Direito, por exemplo, o Movimento do Direito Alternativo e a Teoria Crítica do Direito, aglutinam um conjunto de forças e pensamentos que lutam por uma nova visão do mundo jurídico, por uma nova prática do Direito, por um novo ensino jurídico.

Esses traços são frutos de uma inconformidade com o atual estado do ensino jurídico, predominantemente reprodutor metodológico de matrizes positivistas, à resistência a impermeabilidade de uma certa Ciência do Direito dividida com claros antagonismos e interesses, e a tentativa de transformar a prática jurídica e judiciária conservadora que se exercita entre nós.

O professor-pesquisador seria a saída para estes problemas sociais. Ele deve refletir sobre as suas contribuições para a comunidade acadêmica, de maneira que se destaque pela função motivacional que deve segui-lo por todo o sempre, buscando transmitir aos seus discípulos valores éticos que ele próprio segue como exemplo, exemplo de vida comunitária onde floresce elos humanos e respeitosos, construídos em terreno sólido de compreensão e respeito pelos profissionais e estudantes.

9. Perspectivas para o curso jurídico

Em todas as áreas da vida, porém neste trabalho trata-se especificamente da área do Direito, os objetivos da educação só serão alcançados se os profissionais

e os estudantes forem éticos uns com os outros.

Todos sabem que os alunos ingressam ainda muito jovens às Universidades, e, em decorrência desta iniciativa precoce, estão em processo de formação de seu caráter, e suas perspectivas para a vida profissional, sofrendo com isso, influências de todos profissionais que estarão em contato no dia-a-dia.

Conforme estabelece o art. 1º, III da Constituição Federal, princípio fundamental do Estado brasileiro é a dignidade da pessoa humana. Dignidade prevê respeito e este, abrange desde uma instituição decente e digna de manter um Curso de Direito, com professores capacitados, biblioteca rica em obras tradicionais e de vanguarda, computadores à disposição dos alunos, recursos tecnológicos à disposição dos professores para inovarem nas aulas saindo da rotina e atraindo os estudantes, até a elaboração de um currículo fiel a um nível elevado de ensino com fito de atingir a formação de profissionais capacitados para a demanda do mercado de trabalho.

Trata-se neste ponto do trabalho da formação de um Curso Jurídico de Excelência, objetivo que deve ser o de todas as Universidades do País.

Em primeiro lugar, a adoção do currículo intensivo em contraposição do extensivo seria o ideal.

Por currículo intensivo entende-se aquele “comprometido com o desempenho construtivo qualitativo do professor e do aluno, sinalizado principalmente pela atividade de pesquisa como atitude básica cotidiana”. (DEMO, 2002)

A *contrario sensu* o currículo extensivo é aquele que adota a “cobertura quantitativa extensa realizada através de inúmeras matérias para dar conta das facetas da disciplina”.(DEMO, 2002)

O currículo intensivo se adequa perfeitamente às exigências da sociedade relativas ao papel do profissional do Direito, no sentido de formar pessoas que saibam aprender a aprender, e com isso que sejam capazes de inovar a comunidade, a economia e o país.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) em seu artigo 2º diz que: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da Liberdade e nos ideais da solidariedade humana tem por finalidade o pleno desenvolvimento da educação”.

Com isso leva-se a crer que, o Curso Jurídico, inserido no contexto de Curso formador dos aplicadores da Justiça, deve ser capaz de formar pessoas habilitadas a lutarem por melhores condições de vidas da sociedade como um todo.

Atualmente, os Cursos Jurídicos de todo país são desenvolvidos no decorrer de 05 (cinco) anos, abrangendo neste período todas as matérias teóricas e também a parte prática, que envolvem os estágios supervisionados pelos

“Núcleos de Prática Jurídica”, que buscam aliar teoria à prática e a realidade social da comunidade em meio a qual se mantém a Universidade.

10. Conclusão

Algumas reflexões, a título de conclusão, podem ser extraídas do exposto, sabe-se que a Universidade precisa colocar-se sempre na frente dos fatos para alavancar a história.

Para isto, devem existir recursos públicos disponíveis para mantê-las na vanguarda do conhecimento e não apenas para mantê-las como cópia da cópia do ensino copiado.

“Universidade de ponta” significa a dianteira no processo de conhecimento e de produção científica. A pesquisa é o caminho para a originalidade e produtividade. As Universidades precisam nivelar-se por cima, porque a questão social aí implicada não irá encontrar solução no rebaixamento do nível de ensino simplesmente se os alunos não acompanharem as exigências do corpo docente. Aqui, cabe concluir que professores comprometidos com o ensino e tendo por base a pesquisa como fomento deste serão os mais bem capacitados e requisitados para a formação do jovem profissional do amanhã.

Para corresponder tamanha expectativa, a Universidade deverá renascer, e isto se dará pela crítica construtiva, consciente e aceita pelo meio acadêmico como método de acerto no desenvolvimento do ensino capaz de construir cidadãos responsáveis para com toda a sociedade ao seu redor.

O processo de ensino/aprendizagem precisa ser revisto e os métodos tradicionais carecem dar lugar à teoria humanista de ensino, primando pelo homem como maior beneficiário ou vítima das mazelas da educação.

O professor motivador e pesquisador é o único ser capaz de inserir em seus alunos a consciência crítica, o entendimento, e, a partir daí, a se conscientizarem da responsabilidade que trazem consigo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

É válido dizer que posições muito rígidas diante de situações que podem e devem ser mudadas para o bem comum só fossilizam o conhecimento, endurecendo a inteligência, impedindo-a de criar e de atingir o objetivo da escola da modernidade: aprender a aprender, e, a saber pensar e elaborar com mãos próprias, através da pesquisa, de um modo geral e amplo como opção para a Universidade de hoje e do futuro.

Conclui-se ainda que: vale a pena pesquisar, e utilizar-se da pesquisa como instrumento de inserção do indivíduo no mundo pensante, criador e inovador.

Se assim for, esta atitude romperá com o velho dogma reducionista de

explicação pelo elementar: elas tratam de sistemas complexos, cujas partes e o todo produzem e se organizam entre si, e no caso a complexidade, ultrapassará qualquer sistema.

O professor comunicador, como profissional responsável pelas aulas propostas na educação escolar de cidadãos, tem, portanto, direito a condições que lhe permitam estudar, pesquisar, entender e melhorar seus conhecimentos.

Referências

- BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. P. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BRITTO, S. P. **Psicologia e aprendizagem centrada do estudante**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1989.
- CASTRO, C. de M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1938.
- DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. **Educar pela pesquisa**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- FAZENDA, I. **Novos enfoques da pesquisa educacional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GERALDI, C. M. D. F.; PEREIRA, E. M. de A. **Cartografias do trabalho docente**. Campinas: Mercado das Letras, 2000.
- HERKENHOFF, J. B. **Ética, educação e cidadania**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.
- MORIN, E. **A cabeça bem- feita**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. **Os sete saberes necessário à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- WERNECK, H. **Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

THE RESEARCH AS A TEACHING TOOL

ABSTRACT: This study had as objective to clear up some relevant issues in the learning-teaching process. Its focus was the research as a teaching tool. The methodology used was the historical materialism, which may be seen from the bibliographical review used as theoretical reference. The objective was to aware people that teaching is not only a knowledge transmission, but also a path open to the creation of new possibilities due to some situations, that is, it is necessary to know how to teach in a critical and reflexive way. The research is a powerful weapon which must be in discussion as much by the teachers as by the students,

and these ones should be guided upon knowing through the scientific, ethic and professional research. Thus, it has concluded that the research is the key for the knowing emancipation. It has come up with the adoption of a researcher role by the teacher, which is the only one capable to influence, in a positive way, the educators critics, and to motivate them to the wondering of the intention to form individuals able to build a fair society. The cognitive sciences constitute the first stage of joining the educational and social changes expectations, and the Law course is one of the greatest responsible for this change. It is possible to think of a real rebuild of thought with a new scientific spirit, and that's how it must be invested in the purpose of favoring the general intelligence, the ability to criticize, to research the accomplishment and the connection of the theoretical knowledge to the practice. And to this new scientific knowledge it will be needed to add the renewing of the spirit of the human kind culture, favoring the ability to the opening to all the great problems, in a way to think about the knowing to attach it to their own lives to explain them better. The Law course, which is very dynamic, must find a way to work with the research in order to taking from the individuals the critical and reflexive thought about the several areas and matters of the curriculum.

KEYWORDS: teaching; learning; teaching theories; research.

Artigo recebido para publicação em: 24/03/2005

Received for publication on March 24 2005

Artigo aceito para publicação em: 28/05/2005

Accepted for publication on May 28 2005